



**Discurso, Desconstrução e Psicanálise no campo da
Linguística Aplicada: (du)elos e (des)caminhos**
*Discourse, Deconstruction and Psychoanalysis in the
Applied Linguistics: (im)possible duels and paths*

Marluza T. DA ROSA (UNICAMP)*
Daniella RUBBO R. Rondelli (UNICAMP)**
Mariana B. S. PEIXOTO (UNICAMP)***

RESUMO

Neste texto, apresentamos uma discussão concernente à abordagem discursivo-desconstrutivista que vem sendo desenvolvida por Coracini e outros autores do campo da linguística aplicada no Brasil. A partir da referida perspectiva, propomos, inicialmente, uma articulação entre o pensamento de Foucault, Derrida e Lacan acerca das noções de linguagem, subjetividade e discurso, desenvolvidas em suas respectivas obras. Em seguida, expomos o posicionamento discursivo-desconstrutivista na constituição e na análise dos corpora, o qual permite atentar para as incidências subjetivas do pesquisador em seu fazer.

Palavras-chave: *discurso; desconstrução; psicanálise; linguística aplicada.*

* Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas.

** Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas e professora da ESAMC Campinas.

*** Doutoranda em Linguística Aplicada no Instituto de Estudos da Linguagem na Universidade Estadual de Campinas.

ABSTRACT

This paper aims at presenting an epistemological discussion concerning the discursive-deconstructivist perspective that has been developed in Brazil by Coracini and some other researchers in the Applied Linguistics field. From that perspective, it is proposed a link among the studies developed by Foucault, Lacan and Derrida. For that, it is presented a preamble discussion on some key concepts for the authors' work, which are: language, subjectivity and discourse. Secondly, some considerations regarding the discursive-deconstructivist position are triggered by the assumption of the subjective implications of the researcher throughout the research process.

Key-words: *discourse; deconstruction; psychoanalysis; applied linguistics.*

Introdução

A perspectiva discursivo-desconstrutivista se caracteriza por territorializar o debate filosófico entre Foucault, Lacan e Derrida no campo dos estudos da linguagem, notadamente, da linguística aplicada (doravante LA). No Brasil, é Coracini (2007 2010 2012) quem propõe lançar um olhar para os trabalhos desses estudiosos, compreendendo-os como três pensadores desconstrutores, posto que propuseram, cada um em sua medida e em sentidos diversos, a problematização do pensamento logocêntrico-cartesiano, vigente na modernidade. É a partir da crítica desenvolvida pelos autores, a qual desestabiliza esse posicionamento, que tal perspectiva busca compreender as relações, laços ou práticas sociais que, como tais, implicam a constituição do sujeito no/do discurso e na/pela linguagem. Contudo, essa tripla ancoragem não consiste em considerar como pacificamente convergente o pensamento dos referidos estudiosos. Ao contrário, na perspectiva discursivo-desconstrutivista, trabalhamos no constante jogo de forças que marca tal discussão, considerando tanto os elos como os duelos como constitutivos desse olhar.

Sabemos que a tomada de posição desses pensadores excede seus respectivos campos de saber e seus lugares institucionais, contribuindo

para reflexões teóricas no âmbito de outras disciplinas das chamadas ciências humanas. É nas margens da filosofia que trabalha Derrida, nas margens da história que atua Foucault, nas margens da psicanálise que ensina Lacan. É também nas/das margens da LA que a abordagem discursivo-desconstrutivista interroga a linguagem, o sujeito, os saberes, as verdades, os discursos e nosso próprio discurso, fazendo-se estrangeira a esse domínio. Esse lugar de onde falamos, no entanto, não lhe é alheio ou externo, mas estranho-interno, espaço de *extimidade*, posto que o estrangeiro, tal como o define Kristeva (1994), é aquele que questiona as certezas, as evidências, os sentidos já naturalizados. A naturalidade, por exemplo, com que se associam a língua(gem) à comunicação, o discurso à fala, o sujeito à presença e à consciência, a verdade à objetividade de um referente, são algumas das problemáticas dessa abordagem, possibilitadas pelo (du)elo entre os referidos autores, cujos olhares são determinantes na constituição de nosso próprio olhar para os *corpora* na LA.

Esse atravessamento constitutivo se faz ver quando tratamos dos contextos escolar, universitário e midiático, no ensino-aprendizagem da escrita (Coracini 2010; Uyeno 2010), na tensão entre línguas-culturas (Coracini 2007), na formação de professores (Eckert-Hoff 2008; Andrade 2008; Tavares 2010), na relação entre teoria e prática (Bertoldo 2000), no (dis)funcionamento do discurso universitário-científico (Da Rosa 2013), na imbricação das representações de ciência e religião no discurso midiático (Rondelli 2014); ou, ainda, quando analisamos os processos de silenciamento e inclusão/exclusão social, como no caso do dizer de/sobre moradores de rua (Coracini 2011), trabalhadores pertencentes a segmentos socioeconomicamente desfavorecidos (Cavallari 2011), idosos (Andrade 2011), imigrantes albergados (Peixoto 2013), dentre outros.

A fim de situarmos a posição analítica tomada frente a esses diferentes *corpora*, trataremos, primeiramente, de compreender conceitualmente o olhar em questão. Para tanto, abordaremos a noção de linguagem, em sua opacidade e heterogeneidade irredutíveis ao sistema linguístico. Em seguida, discutiremos o modo como a noção de discurso permite questionarmos a ideia de uma presença e de uma consciência, as quais remontam, por sua vez, à noção de sujeito, desenvolvida na sequência. Tal noção é balizada pela relação com a verdade que se es-

tabelece na linguagem e no discurso. Esse percurso nos encaminhará, então, para a posição que assumimos na constituição do *corpus*, a qual marca a singularidade dessa perspectiva no campo aplicado.

Nas bordas da língua(gem)

Na tensa interdisciplinaridade que marca a abordagem discursivo-desconstrutivista, as reflexões sobre a linguagem têm papel protagonista, tanto por permitir possibilidades de aproximação quanto pelas tensões que delas decorrem. Por esse motivo, somos impelidos a discuti-la a partir dos três autores que mobilizamos.

No entanto, esse protagonismo da linguagem também se faz presente nas correntes teóricas das quais nossa abordagem aparentemente se afasta. Assim, o fato de a concepção estruturalista, que discutiremos a seguir, instaurar-se a partir da linguística não é uma mera casualidade, mas aponta para essa centralidade da linguagem mesmo na busca da almejada objetividade científica. Considerando-se que todo campo aplicado se constitui na interdisciplinaridade e, portanto, “indisciplinase” contra a ciência moderna (Moita Lopes 2006), desafiando certas classificações hierárquicas binárias, tais como teoria-prática, a própria LA seria marcada por certa “vocação” desconstrutora. Em outras palavras, essa “indisciplinaridade” coloca-a em posição privilegiada para mobilizar questões caras à perspectiva discursivo-desconstrutivista, tais como a problematização da objetividade científica.

Uma longa tradição de busca por essa objetividade cristalizou uma concepção instrumental da linguagem, não apenas no âmbito específico da LA, mas também nas demais áreas do saber, ou mesmo no senso comum. A partir da linguística estruturalista que teve como ponto de ancoragem o trabalho de Saussure (2006), inaugura-se uma era de cientificidade para as ditas ciências humanas, segundo a qual a linguagem se resume à codificação do conhecimento sobre um mundo aos poucos descoberto, garantindo a possibilidade de manutenção da suposta objetividade de qualquer ciência.

A concepção estruturalista pressupõe a linguagem como uma ferramenta que faz uma mediação transparente entre homem e realidade que, por sua vez, é fixa, pré-existente e externa. Além disso, os

sujeitos envolvidos nesse processo também são objetivos, conscientes e coerentes, características que permitem designá-los como indivíduos, ou seja, sujeitos não divisíveis, não fragmentados, que se relacionam pela linguagem.

Essa concepção é fundamentalmente objetivante, porque parte do pressuposto de que existe uma realidade externa ao sujeito, que pode ser apreendida pela via dos sentidos e transmitida, via linguagem, a outros sujeitos. Embora o trabalho de Saussure (2006) tenha como objeto a língua, diferenciando-a claramente de outras linguagens, essa concepção objetivante, no esteio da expansão do estruturalismo por outros campos do saber, estendeu-se a outras formas de expressão que, tal qual a língua, podiam ser instrumento objetivo e transparente, apenas recobrando a realidade, sem afetá-la de modo algum. Sob essa perspectiva,

o leitor ou o observador (no caso das artes pictóricas) são verdadeiros espectadores em busca do sentido que se encontra, de forma imanente, no texto ou na obra em apreciação. As palavras, assim como as cores, as formas, os sinais, os gestos, os signos enfim... carregariam um significado – aquele que a ele estaria inevitavelmente atrelado, independentemente de qualquer condição (Coracini 2005 : 20).

Tomar a linguagem como instrumento de mediação entre o homem e a realidade implica ainda na ideia de completude, ou seja, na capacidade de conter e descrever essa realidade como um todo. Essa dupla implicação da concepção instrumental da linguagem será um ponto de aproximação entre Derrida, Foucault e Lacan que criticarão, como ilusórias, tanto essa completude da linguagem quanto essa realidade objetiva e externa ao homem. Contudo, é importante salientar que essas críticas não são nem complementares nem lineares, pois apontam em uma direção que, ao mesmo tempo, incorpora e expande o pensamento estruturalista.

Considerando-se que, neste ponto, nossa proposta é a de articular as concepções de linguagem mobilizados na obra de cada um dos três pensadores, optamos por iniciar tal tarefa a partir de Derrida, porque seu trabalho de desconstrução da concepção estruturalista de linguagem toma como base as próprias premissas do estruturalismo, marcando de maneira exemplar esse movimento de incorporação e expansão.

Na concepção saussuriana, um signo se define por seu caráter diferencial, ou seja, só existe por ser diferente de todas as outras possibilidades de signos. Essa definição de signo como diferença, abre caminho para que Saussure (2006) desenvolva sua teoria baseada nas dicotomias que, por sua vez, dão base a estudos “objetivos” da língua, inaugurando tais estudos como ciência.

Derrida (1991) escapa da leitura tradicional desse conceito, propondo que, se a língua se define pelas diferenças entre significantes ou significados, impedindo que possa haver qualquer ideia ou signo que preexista ao seu sistema, não pode haver algo que preexista à língua. Sendo assim, nenhum significado pode ser presente, mas sempre remeter à cadeia na qual está inscrito. O resultado dessa reflexão acarreta que o conceito saussuriano de diferença também remete à ideia de um significado sempre diferido, adiado. Assim, a reflexão derridiana desestabiliza a noção de completude da linguagem e seu papel como mediadora de uma realidade pré-existente.

Considerando-se que a concepção de signo, mesmo anterior ao estruturalismo, está ligada à ideia de representação, o descolamento do par significante-significado, empreendido tanto por Derrida como por Lacan, permite pensar a representação não como equivalência à realidade, mas como outra apresentação, uma re-apresentação da realidade. Aspecto que, em nosso entender, marca um ponto de aproximação com o pensamento foucaultiano, na medida em que qualquer re-apresentação resultaria numa nova construção, ou seja, a linguagem constrói a realidade, e não a descreve.

Embora o conceito de discurso seja outro dos pontos de aproximação e tensão no posicionamento discursivo-desconstrutivista e, por tal motivo, mereça uma discussão mais cuidadosa, que empreenderemos adiante, vale adiantarmo-nos um pouco na questão já que essa concepção não instrumental da linguagem é inerente à concepção foucaultiana de discurso, na medida em que, para o autor (Foucault 2001), o discurso não se restringe ao uso da linguagem, mas define as possibilidades de verdade de dado momento histórico-social, já que todo saber e, portanto, toda verdade possível, envolve relações de poder.

Ao defender que a verdade se constitui discursivamente, o pensamento de Foucault também aponta no sentido de uma realidade que

não pode ser anterior à linguagem, pois se funda a partir dela. Em consequência disso, também para esse autor o conceito de representação não indica equivalência com a realidade, mas novas construções que se sucedem infinitamente. Segundo Foucault,

a relação da linguagem com a pintura é uma relação infinita. Não que a palavra seja imperfeita e esteja, em face do visível, num déficit que em vão se esforçaria por recuperar. São irreduzíveis uma ao outro: por mais que se diga o que se vê, o que se vê não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde estas resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem (Foucault 2000 : 11).

Assim, toda representação, independentemente do suporte em que se encontre, nunca poderá efetivamente apresentar o objeto, mas, guardando relações com ele, adiará indefinidamente essa presença.

Por outro lado, se tanto para Foucault como para Derrida a representação aponta para um adiamento da presença, tal adiamento implica na espera de que tal presença se efetive. Assim, a língua também se relaciona com o desejo, já que aponta sempre para aquilo que falta, para o que não está lá.

O conceito lacaniano de desejo relaciona-se com o registro do Real que, segundo Lacan (1982 : 125), “só se poderia inscrever por um impasse da formalização”, ou seja, o Real é aquilo que resiste à linguagem. Desse modo, se por um lado descolar a representação da equivalência com a realidade resulta em que a linguagem seja marcada inexoravelmente pela falta, por outro lado, essa resistência à formalização aponta para a necessidade de submissão à linguagem, naquilo que Lacan nomeia como processo de subjetivação.

Considerando-se esse impasse entre a necessidade de submissão à simbolização e a resistência a ela, a realidade se configuraria como uma hipótese sobre o Real, na medida em que esta foi descrita e, portanto, apropriada pelo simbólico. Assim, também na concepção lacaniana, é possível pensar a realidade como uma construção da linguagem. Construção que também não pode ser inequívoca ou objetiva, já que o próprio uso da linguagem instaura essa falta constitutiva que mobi-

lizará os infinitos movimentos de presentificação daquilo que falta ou, usando as palavras de Derrida (1991 : 37), as tentativas de “representar o presente na ausência”. Trataremos dessa relação na seção seguinte.

Presença e consciência: à prova do discurso

Dedicaremos esta seção à concepção de discurso, partindo da leitura de Foucault, Lacan e Derrida a respeito do par presença-consciência. Não se tratará, aqui, de fixar um conceito de discurso que se estenderia a todos os autores, mas, antes, de compreender de que modo a problematização acerca da presença e da consciência, ou da consciência como presença, não só se atrela ao discurso, mas também permite engendrar a maneira pela qual essa noção e seu papel são pensados no âmbito dos estudos discursivo-desconstrutivistas. O propósito que norteia esse percurso consiste em compreender em que medida a noção de discurso coloca à prova esse binarismo, contribuindo também para o estudo de diferentes materialidades, que apontam para o múltiplo, no campo da LA.

Pegos pela homonímia ou pela polissemia do termo “discurso”, que há muito tempo funciona nos estudos linguísticos, poderíamos ser tentados a considerá-lo uma designação unívoca e a acreditar que falam da mesma “coisa” todos os teóricos que se voltam para tal concepção. Contudo, sabemos que essa leitura limitaria as especificidades de cada abordagem, não só porque os diferentes autores que se valem dessa noção desenvolvem-na em campos distintos, mas também porque em sua formulação está inscrita uma prática intelectual de reflexão, de elaboração conceitual ou, diríamos, uma forma de escritura.

Ainda que tomada pelo viés da homonímia, a noção de discurso, trabalhada pelos três pensadores e relida a partir da articulação proposta pelos estudos discursivo-desconstrutivistas, notadamente pelos trabalhos de Coracini (2010 2007 2005), produz um considerável deslocamento no que concerne à primazia da presença, o que permite sinalizar uma diferença e uma *différance* (temporalização-espacamento) em relação aos estudos linguísticos tradicionais. Para que possamos compreendê-las, façamos inicialmente um paralelo com a concepção de discurso presente em Benveniste, um dos principais teóricos que

refletiu sobre a inserção do homem na língua e da subjetividade na linguagem, por meio de seu aparelho formal da enunciação, bem como sobre o transbordamento do signo saussuriano, por meio da relação entre a(s) língua(s) e a(s) cultura(s). Benveniste assim define o que entende como a produção do discurso¹:

Todo homem se coloca em sua individualidade enquanto *eu* por oposição a *tu* e *ele*. Este comportamento será julgado ‘instintivo’; para nós, ele parece refletir na realidade uma estrutura de oposições linguísticas inerentes ao discurso. Aquele que fala se refere sempre pelo mesmo indicador *eu* a ele mesmo que fala. Ora, este ato de discurso que enuncia *eu* aparecerá, cada vez que ele é reproduzido, como o mesmo ato para aquele que o entende, mas para aquele que o enuncia, é cada vez um ato novo, ainda que repetido mil vezes, porque ele realiza a cada vez a inserção do locutor num momento novo do tempo e numa textura diferente de circunstâncias e de discursos (Benveniste 2006 : 68).

Apesar de mobilizar as noções de subjetividade e discurso, bem como a relação entre enunciado e enunciação, caras à perspectiva que aqui expomos, trata-se, em Benveniste, de uma constituição do discurso *em presença* e *no presente*, pois é a partir do *eu* que essa concepção de discurso se articula; *eu* que marca também um tempo e um lugar, já que o aqui e o agora definem-se pela relação com o eu, não com o outro (*tu* ou *ele*). Mesmo que seja diante do outro que o homem se constitua sujeito na linguagem e que a subjetividade, assim como o discurso, seja produzida, a dimensão da alteridade é aí secundária. A presença é marcada por essa inserção na língua de um indivíduo/sujeito/homem que já existia *a priori*, por esse colocar-se no lugar vazio, deixado pelo pronome *eu*, e pela fala, compreendida enquanto “ato de discurso”. Ora, é exatamente essa presença o ponto de suspensão das reflexões derridianas, lacanianas e foucaultianas, para quem esta não pode ser pensada senão de forma espectral, em negativo, pelo avesso.

1. Não sendo unívoca, a noção de discurso pode sofrer variações mesmo dentro do mesmo arcabouço teórico. É o caso da noção de discurso em Benveniste (Flores & Endruweit 2012), que não pode ser reduzida a uma única passagem de seu texto. É possível que essa concepção também varie no conjunto da obra dos autores aqui relacionados. Se tomamos apenas um excerto benvenistiano, foi como ponto de partida para discutirmos a problemática da presença e não sua definição de discurso ou de subjetividade.

Essa inversão pode ser pontuada na reflexão de Lacan sobre o ato, não o de discurso, benvenistiano, que insere harmoniosamente o locutor no tempo e na textura do dizer, tampouco o ato de fala, em seus desdobramentos comunicativos feitos por Searle, mas o ato falho, que produz o equívoco daquele (e naquele) que enuncia e/ou que entende, afinal “o que é o ato falho, senão o pensamento inconsciente que emerge no pensamento consciente, na fala, no corpo, e desloca o ato, faz com que diga outra coisa?” (Miller 2014 : 8).

Sabemos que, para Lacan, o sujeito não é o locutor que diz eu, tampouco está no *eu* (lugar vazio da/na língua), mas nessa “outra coisa” que emerge como um efeito da diferença entre significantes² (voltaremos a essa questão). Nada há aí de *presente*, pois, se um significante representa o sujeito a outro significante, é porque esse sujeito está ausente na cadeia, não existindo senão enquanto efeito na representação. Mesmo quando se trata do estádio do espelho (Lacan 1998), pode-se perceber que é sobre uma imagem invertida do eu/corpo que se reflete, uma imagem representada no espelho, onde não há presença senão a da imagem. Além disso, na estruturação lacaniana dos discursos por meio dos matemas (cf.: Miller 1996), o que é determinante são os lugares e o movimento (o giro dos discursos), mais do que o preenchimento desses lugares. É devido a isso que o autor pode formular a existência de um discurso sem palavras, o que implica considerar de antemão que não é a partir da presença do *eu-locutor* nem de sua voz ou de um ato de fala que se poderia capturar um suposto modo de funcionamento do discurso.

Em um primeiro momento, é no inconsciente que se estrutura como uma linguagem que buscamos pistas para compreendê-lo e, posteriormente, no desenvolvimento topológico, na demonstração quadrúpede dos discursos. No que concerne ao primeiro ponto, devemos considerar que a definição freudiana de que “o inconsciente é aquilo que dizemos” (Lacan 1998 : 844) faz mais do que apontar para a cura pela palavra, pois trata do fato de o inconsciente se tecer em uma rede de diferenças, enquanto alteridade radical. Se revisitarmos Saussure (2006), veremos como principal componente da linguagem seu caráter multiforme e heteróclito (o prefixo “hetero” relembra a presença do outro, do dessemelhante, da diferença). Heterogeneidade que se estende

2. A respeito da noção de significante, conferir Arrivé (1999).

ao discurso, o qual, atrelado ao inconsciente, compartilha com este a ancoragem nessa alteridade radical, não em uma presença escondida nem em um devir consciente, mas em um constante diferir.

Nesse sentido, Lacan (1992 : 158-159) argumenta que os discursos “nada mais são do que a articulação significante, o aparelho, cuja mera presença, o status existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras”, o que significa considerar que o discurso, assim, antecede e excede o que se diz, compreendendo também o que se silencia, o que significa para além da verbalização, o que se repete nos sintomas. Essa leitura é possível contanto que se compreenda por articulação significante a “demonstração” dos discursos (do mestre, da histórica, do analista e universitário), na qual os significantes se deslocam, e não o fio do dizer, a linearidade significante em termos saussurianos. Poderíamos dizer que, visto desse modo, o discurso é inaudível, dada sua condição de base dos dizeres, e também inapreensível em sua totalidade, já que os discursos se movimentam para além ou aquém dos enunciados. Assim, se há uma presença da qual trata o autor, esta é a da “articulação significante”, a qual (aqui, dialogamos com Saussure), caracteriza não uma presença “de fato”, uma essência, mas a pura diferença, também cara ao pensamento derridiano. Na leitura de Saussure empreendida pelo filósofo, é possível questionar o status de presença dessa diferença, uma vez que

quer se tome em consideração o significado, quer o significante, a língua não comporta nem idéias nem sons que pré-existiriam ao sistema lingüístico, mas apenas diferenças conceituais ou diferenças fônicas resultantes desse sistema [...] a diferença de que fala Saussure não é pois, ela própria, nem um conceito, nem uma palavra entre outras (Derrida 1991 : 42).

Assim, a diferença ou o espaçamento entre significantes pode ser compreendida não como algo que é, que se define ou se representa a si mesma (possuindo um conteúdo substancial), mas como uma relação; e é nessa relação, nesse espaço *entre*, que se definem valores e se constituem sentidos. É dessa relação que depende o laço social, principal definição de discurso dada por Lacan (1974).

Todavia, distanciando-se da concepção lacaniana de laço, Foucault trata de dispositivos, de modos de coerção, que não necessariamente se

inscrevem “na ordem do significante” (Foucault 2001 : 49). Além disso, para o autor, ao realizar o que De Certeau (2011) concebe como uma “análise espectral da história”, conta mais a problematização do funcionamento dos mecanismos de subjetivação engendrados nos discursos do que o produto destes. Distanciando-se, ainda, do cartesianismo e da fenomenologia francesa, é também de uma ausência que Foucault trata ao conceber o discurso como uma rede ou um feixe de “práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam” (Foucault 2009 : 55). Poderíamos precisar, buscando o diálogo com Derrida (1991 : 34), que a ênfase no termo feixe (assim como a referência a práticas e não a interlocutores), “parece mais adequada a marcar a aproximação proposta com a estrutura de uma intrincação, de uma tessitura, de um cruzamento que deixaria repetir os diferentes fios e as diferentes linhas de sentido – ou de força”.

É o trabalho sobre essas linhas de força, como relações de poder, que caracteriza a abordagem foucaultiana, diferenciando-a da psicanalítica, por exemplo, cujo foco de análise toma como base o laço social, mas reside no caráter singular do sujeito, na particularidade de seu sintoma, decorrente da inserção na linguagem; sendo esta marcada pela primazia do (ou pela cadeia) significante, que, segundo Foucault (2001 : 50), precisaria ser suspensa para que se pudesse compreender que o discurso é descontinuidade, desordem, desencadeamento, um “grande zumbido incessante e desordenado”. É verdade que esse zumbido poderia até ser relacionado ao “discurso sem palavras” lacaniano, mas não exploraremos aqui essa articulação. Por ora, o fato que salientamos é o de que, para ambos os autores, os interlocutores, esses *eus* que marcam uma presença, estão ausentes, no sentido de não se configurarem como seu ponto de partida nem de chegada. Os efeitos de sentido se escrevem na pele, nos corpos e na história, segundo Foucault. Esses efeitos emergem de onde não se pensava ou se pensava não saber, na leitura de Lacan. E são essas colocações que contribuem para o olhar discursivo-desconstrutivista.

Contudo, é Derrida o principal responsável por efetuar uma crítica frontal a essa metafísica da presença, ao problematizar “um discurso que se *chamou* filosofia”, explorando-o em seus limites. Seus escritos, em suas próprias palavras, “interrogam a filosofia para além de seu querer dizer, não a tratam somente como um discurso, mas como um

texto determinado, inscrito num texto geral, encerrado na representação de sua própria margem” (Derrida 1991 : 25). Com esse questionamento, adentramos na segunda tópica desse percurso, a problemática da consciência.

O questionamento do discurso filosófico feito pelo autor pressupõe, na esteira do pensamento de Nietzsche, que a filosofia (ou a ciência) não se caracteriza como *o* discurso, enquanto verdade transcendental acima dos discursos, mas como *um* discurso, que se constrói e opera “a partir de um princípio, de postulados, de axiomas ou de definições ou deslocando-se segundo a linearidade de uma ordem de razões” (Derrida 1991 : 37). Esse discurso se desconstrói, uma vez que se instaura a partir de uma estrutura que, conforme os atributos pontuados por Derrida, caracteriza-o por um funcionamento coercitivo, de certo modo, solidificado, seguindo uma determinada ordem, “uma ordem de razões”. Ora, é impossível não fazermos com que tal excerto dialogue com a hipótese da ordem do discurso foucaultiana, segundo a qual

em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (Foucault 2001 : 8-9).

Injunções que, como sabemos, graças ao autor, são constitutivas do próprio discurso e não visam senão a limitar ou a cercear sua “outra dimensão”, “a do acontecimento e do acaso” (Foucault 2001 : 21), os quais, por si sós, reenviam a uma ordem que não é a da consciência. Logo, para possibilitar uma interpretação que vá de encontro à continuidade dos sentidos, de modo que o discurso não se anule em prol de um jogo de leitura, de escritura ou de troca (consciente e pacífico), mantendo-se enquanto uma violência que fazemos às coisas, é com base em sua materialidade e, em grande medida, sobre textos nem sempre legitimados, institucionalizados ou autorizados, que trabalha Foucault. É também o olhar para os textos que desencadeia uma possível desconstrução no/do campo aplicado, pois este consiste em um texto *determinado*, ou seja, que se estabeleceu e se fixou dentro de um texto maior, seja ele o da história ou o da epistemologia.

A problemática da consciência está aí atrelada, cada vez que se interroga um discurso em seu querer dizer, ou para além dele, como o fez Derrida, o que envolve não apenas a recusa da noção de intencionalidade, mas também, e principalmente, o questionamento do enunciado em sua presença enquanto presentificação dos únicos sentidos possíveis, o que pode ser aproximado do questionamento foucaultiano que demanda “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (Foucault 2009 : 30). Derrida (1991 : 49) argumenta que a presença assim como a consciência se caracterizam como efeitos em um sistema que não é mais o da presença, mas o da *différance*. Efetivamente, podemos concluir que tanto Derrida quanto Foucault ou Lacan auxiliam-nos a desenvolver um “questionamento da presença como consciência”, um “questionamento da autoridade da consciência [que] é, antes de mais e sempre, diferencial” (Derrida 1991 : 50). Nesse sentido, não é de uma relação diferencial que Lacan trata ao definir o funcionamento do inconsciente como o de uma linguagem e ao conceber o sujeito como o efeito que emerge da remessa de um significante a outro?

Que consciência e presença sejam efeitos, parece ser um ponto de consenso. Contudo, no que concerne à *différance* ou à cadeia significativa, é preciso que a aproximação entre os autores não desconsidere o fato de que esse “sistema de reenvios” não estabiliza um espaço único, ou seja, afirmar, com Lacan, que um significante remete a outro significante, com Foucault (2009 : 26), que um livro “está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases, ou com Derrida (2001 : 39-40), que um texto é uma “rede de remessas textuais na qual cada ‘termo’, pretendidamente ‘simples’ é marcado pelo rastro de um outro”, não equivale a tratar da “infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida” (Foucault 2009 : 28). Isso seria ignorar o discurso em seu caráter de acontecimento, como bem lembra Foucault. A esse respeito, em sua proposta, sempre em negativo e avessa ao que chama de discurso filosófico, Derrida (1991 : 37) também enuncia que “tudo no traçado da diferença é estratégico e aventureiro”, posto que esta não é regida por nenhuma verdade transcendente ou teológica, nenhuma presença de nenhum *ente*, caracterizando-se, portanto, como “errância”.

Diferença e discurso, errância e dispersão, são termos marcados pela heterogeneidade, pela alteridade, indissociável do inconsciente como discurso (cf.: Lacan 1998). São esses elementos que nos permitem revisitar a cena em que se produz o ato de discurso de Benveniste e, assim, reconfigurá-la, principalmente no que concerne ao seu tempo, seu presente, desestabilizado pelo adiamento, pelo diferir. O que abala essa troca entre interlocutores é a dimensão do inconsciente, pois segundo Derrida (1991 : 54), “com a alteridade do ‘inconsciente’ entramos em relação [...] com um ‘passado’ que não foi nunca presente nem o será jamais, cujo ‘por vir’ futuro não será nunca a *produção* ou a *reprodução* na forma da presença”. Ora, não é de um passado assim que trata também a história espectral foucaultiana e em que consiste o desafio de quem trabalha no campo aplicado? Um passado que é construído na análise, que não é cronológico, mas fictício e, como tal, (e)feito de linguagem?

Sendo assim, podemos aderir a uma concepção de discurso que, como mencionamos inicialmente, não é comum aos autores, mas potencializa uma leitura que a explora para além da simples homonímia. Trata-se de uma definição em negativo, pois, nos termos de Foucault (2009 : 61), é preciso pensar o discurso não como “manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz”. Essa formulação aponta para o fato de o discurso não advir nem do sujeito enquanto presença, nem do saber enquanto conhecimento, nem da fala como presentificação dos anteriores. Foucault continua: é necessário pensá-lo como “um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo”, o que remonta à reflexão derridiana sobre o termo “feixe”, bem como à reformulação lacaniana “sou onde não penso”, por meio das quais é possível visualizar essa divisão, essa descontinuidade do sujeito. Por fim, continua Foucault, “é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos” (Foucault 2009 : 61) em uma relação que aponta para os matemas lacanianos, nos quais a topologia está também associada a uma rede de lugares. Entretanto, estes obedecem à “*ação* da estrutura”, a qual, ao mesmo tempo em que “localiza uma experiência para o sujeito que ela inclui” (Miller 1996 : 11), permite que a psicanálise, enquanto teoria, seja passível de desconstrução.

Partiremos, na seção seguinte, da reformulação da questão do sujeito feita por Lacan, propondo-nos a tecer alguns alinhavos sobre o modo como a problemática da subjetividade e da verdade interpela os estudos dos referidos autores e os nossos.

Subjetividade e verdade

Quando relê o conceito freudiano de inconsciente e o desloca para compor a sua teoria psicanalítica, Lacan coloca em xeque a idealização do sujeito cartesiano, que possui o controle sobre aquilo que diz e faz e cujo dizer é entendido como decalque do pensamento. Ao desmontar o *cogito* de Descartes: “penso: logo existo”, para o enunciado “penso onde não sou, logo sou onde não penso”, Lacan (1998 : 521) nos convida a refletir sobre as não coincidências entre aquilo que o sujeito pensa ser e o que (se) diz ser. Em suas palavras (Lacan 1998 : 520), “não se trata de saber se falo de mim de conformidade com aquilo que sou, mas se, quando falo de mim, sou idêntico àquele de quem falo”. Tais observações vêm confrontar o cientificismo daquele momento histórico-social (e que ainda reina nos dias de hoje), o qual se ancora em uma acepção cartesiana de um sujeito logocêntrico, pautado na lógica cartesiana, na neutralidade e na busca pela verdade através do conhecimento.

Nesse contexto, Lacan (1998 : 871) ainda assinala que é interessante lembrar o quão impensável era a prática psicanalítica, quando da descoberta do inconsciente por Freud, em um momento que data antes mesmo do nascimento do que hoje chamamos “ciência”. Para o autor, é curioso pensar que os pacientes procuravam Freud “em nome da ciência e do prestígio que ela conferia”, quando, na verdade, suas formulações sobre o inconsciente vieram justamente romper com o cientificismo de sua época. E é pontualmente em nome desse rompimento que Lacan formula o seu conceito de sujeito do inconsciente, também chamado de “sujeito lacaniano”.

Essa noção propõe a compreensão de um sujeito como não causa de si mesmo, uma vez que é atravessado pelo inconsciente. O sujeito lacaniano é dividido e manifesta-se como uma irrupção ocasional através de formações do inconsciente, tais como risos, sonhos, sintomas,

chistes e atos falhos. Nesse sentido, Fink (1998 : 63) afirma que “[e]sse sujeito não tem outra existência além de um furo no discurso”. Compreender o sujeito como um furo ou como irrupção ocasional significa entendê-lo como não coincidente em si mesmo, uma vez que ele é dividido e transitório. E se, para Lacan, o sujeito pensa onde não é e, logo, é onde não pensa, o inconsciente configura-se, então, como o lugar onde a(s) verdade(s) do sujeito reside(m). A esse respeito, o autor ainda afirma:

[e]mprestar a minha voz ao sustento dessas palavras intoleráveis, “Eu, a verdade, falo”, ultrapassa a alegoria. Isso quer dizer, muito simplesmente, tudo que há por dizer da verdade, da única, ou seja, que não existe metalinguagem (afirmação feita para situar todo o lógico-positivismo), que nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, uma vez que a verdade se funda pelo fato de que fala, e não dispõe de outro meio para fazê-lo.

É por isso mesmo que o inconsciente que a diz, o verdadeiro sobre o verdadeiro, é estruturado como uma linguagem, e é por isso que eu, quando ensino isso, digo o verdadeiro sobre Freud, que soube deixar, sob o nome de inconsciente, que a verdade falasse (Lacan 1998 : 882).

A não existência de uma metalinguagem sugere a impossibilidade de uma linguagem estar acima de outra, do não recobrimento da linguagem por ela mesma, uma vez que ela é em si porosa e opaca. Assim, dada essa não transparência, compreender o inconsciente como algo que se estrutura como uma linguagem, para Lacan, significa entendê-lo como aquilo que obedece a leis de deslizamento de sentidos. Para o autor, o inconsciente possui um funcionamento metafórico e metonímico, visto que um significante sempre remete a outro significante, jamais deixando-se capturar. Assim sendo, a escuta psicanalítica se propõe a atender para os diversos sentidos que a verdade do sujeito aponta, deixando-a falar. Contudo, apesar de mobilizar noções da psicanálise, vale ressaltar que a abordagem discursivo-desconstrutivista não propõe uma análise psicanalítica dos *corpora*.

Quando nos propomos a fazer uma escuta dos *corpora* que analisamos, buscamos compreender como a relação entre sujeito e verdade se constrói e, para tal, precisamos, antes, desconstruí-la. E é Derrida quem nos traz apontamentos pertinentes a essa questão, a partir dos

seus estudos sobre a desconstrução. Quando o filósofo propõe desfazer, descompor as estruturas, não se trata de destruí-las e construir outras no lugar, mas de desconstruí-las, isto é, “compreender como um ‘conjunto’ se tinha construído” (Derrida 1988 : 24). Para o autor, a desconstrução se manifesta em várias palavras, sendo uma delas a palavra *différance*. Ao propor esse neografismo, Derrida (1991) atenta para o funcionamento de uma letra, no caso, da letra “a”, em troca da letra “e”, em seu homônimo-homófono “différence”. A *différance* não é uma palavra, na medida em que não existe no francês, e tampouco é um conceito, pois um conceito é algo que visa a um (re) corte, uma definição, ou seja, uma estrutura. Assim, na medida em que a *différance* não é nem uma palavra nem um conceito, a letra “a” funciona, então, como um espaçamento, como algo que difere e não define, mas apenas adia os sentidos do que tal palavra queira dizer.

E é justamente nesse espaçamento que o sujeito se manifesta, pois,

nada – nenhum ente presente e in-diferente – precede a diferença³ e o espaçamento. Não há nenhum sujeito que seja agente, autor e senhor da diferença e ao qual esta sucede eventual e empiricamente. A subjectividade – como a objectividade – é um efeito de diferença, um efeito inscrito num sistema de diferença. É por isso que o *a* da diferença lembra também que o espaçamento é temporização, desvio, prazo, pelo qual a intuição, a percepção, a consumação, numa palavra a relação com o presente, a referência a uma realidade presente, a um *ente*, são sempre diferidos. [...] o sujeito, e em primeiro lugar o sujeito consciente e falante, depende do sistema das diferenças e do movimento da diferença, que não está presente nem sobretudo presente-a-si da diferença, que apenas se constitui nela dividindo-se, espaçando-se, “temporarizando”, diferindo-se; e que, como dizia Saussure, “a língua (que só consiste em diferenças) não é uma função do sujeito falante” (Derrida 2001 : 38).

A desconstrução oferece, assim, uma possibilidade de compreender o sujeito como efeito de espaçamentos, como *differ-ente* em si mesmo, um ente que se difere e diverge entre si e que, portanto, se constitui em tal movimento, no movimento da *différance*. Posto isso, seria possível

3. Tradução do termo *différance*.

dizer que os apontamentos de Derrida acerca da noção de sujeito se aproximam da proposição freudo-lacanianana, na medida em que a noção de sujeito do inconsciente pressupõe a compreensão de um sujeito não coincidente em si mesmo? Sim e não.

Sobre isso, Roudinesco, em diálogo com Derrida, observa certos atravessamentos da teoria psicanalítica nos textos do autor, sobretudo em discussões que remetem e/ou retomam diretamente algumas obras de Freud. Nesse diálogo (Derrida & Roudinesco 2004), ao ser instado a falar sobre as implicações da psicanálise em sua vida e obra, o filósofo afirma:

Gosto da expressão “amigo da psicanálise”. Ela diz a liberdade de uma aliança, um compromisso sem status institucional. O amigo mantém a reserva ou o recuo necessários à crítica, à discussão, ao questionamento recíproco, à vezes o mais radical. (...) Em suma, esse “sim” da amizade supõe a certeza de que a psicanálise permanece um acontecimento histórico insuprimível, a certeza de que é uma *boa coisa*, e que deve ser amada, sustentada, inclusive ali onde, é o meu caso, alguém nunca a praticou em instituição, nem como analisado nem como analista, e inclusive ali onde se cultivam as questões mais graves a respeito de um fenômeno ditos “psicanalíticos”, quer se trate de teoria, de instituição, de direito, de ética e de política (Derrida & Roudinesco 2004 : 200-201).

Derrida reconhece o acontecimento histórico da prática psicanalítica, sobretudo a partir do advento do inconsciente freudiano – o que Foucault (2006 : 283) também reconhece como uma prática instauradora de discursividades. Na sequência do diálogo, o desconstrutor observa que se deve atentar não para o funcionamento das teses freudianas em si, mas para o modo como Freud nos ensinou a colocar em xeque questões relacionadas à ordem do simbólico (à lei, ao direito, à religião, à autoridade patriarcal, etc.). Segundo Derrida,

graças ao impulso do *pontapé inicial* freudiano, pode-se por exemplo relançar a questão da responsabilidade; em lugar de um sujeito consciente de si mesmo, respondendo soberanamente por si mesmo perante a lei, pode-se utilizar a ideia de ideia de um “sujeito” dividido, diferenciado, que não seja reduzido a uma intencionalidade consciente e egológica (Derrida & Roudinesco 2004 : 211).

Na medida em que Derrida se coloca como amigo da psicanálise e observa o recuo e a crítica necessários para tal relacionamento, vislumbramos as nuances de seu gesto desconstrutor e do que seja a desconstrução, ao passo que o autor se aproxima e ao mesmo tempo se distancia para submeter tal campo do saber e também tal instituição a uma leitura desconstrutora. Assim, as considerações derridianas acerca da noção de sujeito se aproximam da freudo-lacaniana na medida em que propõem a leitura de um sujeito como efeito de espaçamentos, não coincidente em si, mas também se distanciam ao passo que não o (con)formam como um conceito e o compreendem como presença-ausência em uma escrit(ur)a.

Guiando a discussão da temática subjetividade e verdade para os estudos foucaultianos, percebemos que tal problematização também se constitui como vértice fundamental no pensamento do filósofo. Diferentemente de Lacan e Derrida, Foucault não procurou contemplar questionamentos referentes à linguagem, especificamente, mas dedicou-se, em grande parte da sua obra, a problematizar as instituições e a maneira como estas (con)formam os sujeitos.

Ainda que Foucault não compartilhe da mesma acepção de sujeito atravessado pelo inconsciente, proposta por Lacan, a noção de sujeito que funda os estudos do filósofo tem como pressuposto um sujeito descentrado, também não coincidente consigo mesmo, ou seja, oposto ao sujeito cartesiano. Posto isso, observamos que Foucault prefere a utilização do termo “subjetivação” a “subjetividade”, uma vez que o autor procura investigar os modos como os sujeitos, ou melhor, como as subjetividades são produzidas através de processos de subjetivação. Compreendemos que tal noção teórica (subjetivação) sugere uma intensificação para o entendimento de um sujeito que não é dado ou positivo, mas um construto. Para o filósofo, o sujeito é construído por meio de discursos que lhe são “externos” (e passam a ser internos), os quais conformam práticas que, por sua vez, instituem regimes de verdade, a partir das relações de saber e poder.

Ao mobilizar a discussão sobre os processos de constituição das subjetividades produzidos nas relações de poder e saber, através dos agenciamentos e de seus dispositivos de funcionamento, Foucault propõe um exame acerca da questão do sujeito na sua relação com

os jogos de verdade. A temática “subjetividade/verdade”, segundo o próprio autor (Foucault 2012), atravessa toda a sua obra e constitui-se objeto do seu pensamento, seja em seus estudos sobre as instituições (psiquiátrica e penitenciária) e as subjetividades que são produzidas a partir desses discursos e práticas, seja nas relações do sujeito consigo mesmo.

A respeito das formas de relação que o sujeito estabelece consigo mesmo, Foucault (2004) traça uma análise sobre o cuidado de si, a partir da Grécia Antiga. Ao revisitar os preceitos délficos “conhece-te a ti mesmo” (*gnôthi seauton*) e “cuida de ti mesmo” (*epimeloû heautoû*), o filósofo explora a forma como estes foram apropriados de modo a se construir uma relação do indivíduo consigo mesmo e uma busca pela verdade, visando ao governo de si e, conseqüentemente, ao governo dos outros.

Foucault também discute como as práticas de si foram apropriadas e deslocadas nos movimentos da história. Em sua aula sobre cristianismo e confissão (Foucault 2010), vemos que essa apropriação é feita em um movimento inverso, de fora para dentro. A partir da discussão empreendida pelo autor, entendemos a confissão como uma prática de si que se relaciona a uma exterioridade. Ainda que a prática da confissão consista, em um primeiro momento, em um exame de si, em um conhecer-se, tal exercício visa a uma obrigação com a verdade que leva o sujeito a renunciar a si próprio. Quando Foucault discute práticas confessionais cristãs, percebemos uma nova forma de relação do sujeito consigo mesmo. Diferentemente das tecnologias gregas, embora tendo se inspirado nelas, o cristianismo faz emergir técnicas de si que não produzem um sujeito de vontade, mas de sacrifício, de renúncia, desejando sua morte como pecador, em prol de uma nova vida espiritual. Nesse sentido, a relação sujeito-verdade, que se estabelece nos primeiros séculos do cristianismo, dá-se menos como um movimento de conhecimento de si, das vontades que habitam o sujeito, do que como uma consciência que objetiva uma adequação de si aos olhos do outro (Deus).

Para tratar da elaboração de si no/pelo olhar do outro, o filósofo também propõe uma outra visada: a escrita de si, a qual permite uma abertura ao outro. Ao retomar Sêneca, Foucault (2012 : 150) afirma que

“é necessário adestrar-se durante toda a vida, e [...] sempre se precisa da ajuda do outro na elaboração da alma sobre si mesma”. Assim, pensar a escrita como uma maneira de se abrir ao outro, de se mostrar outro a si mesmo, possibilita-nos pensá-la como uma forma de se inscrever, de deixar traços de si no mundo. Conforme veremos na próxima seção, é justamente tal inscrição ou, em termos derridianos, tal escrit(ur)a que buscamos melhor compreender na análise dos *corpora*.

A partir das problematizações empreendidas por Lacan, Derrida e Foucault, sobre as formas como o sujeito se relaciona com a verdade e consigo mesmo, propomo-nos a pensar como a noção de um sujeito descentrado, cindido, *differ-ente* é tangenciada nos estudos dos referidos autores. Ainda que cada um tenha se preocupado com nuances distintas da relação subjetividade-verdade, é notório um trabalho que busca desconstruir verdades absolutas e um sujeito dado, coincidente em si mesmo.

Assim, ao apresentarmos tais considerações, a partir dos autores supracitados, é importante salientarmos que, se a LA tem voltado o seu olhar para as práticas sociais (cf. Moita Lopes 2006), o olhar discursivo-desconstrutivista propõe, então, ao campo aplicado o estabelecimento de uma “amizade”, nos termos de Derrida (Derrida & Roudinesco 2004), entre discurso, desconstrução e psicanálise, de modo a melhor compreender as relações travadas entre subjetividade e verdade e como tais relações se materializam na e pela linguagem e se manifestam em práticas sociais.

Constituição e análise discursivo-desconstrutivista dos *corpora*

Colocar em xeque o império do querer-dizer é um movimento constitutivo da problematização que direcionamos a qualquer discurso, a qualquer texto, não apenas ao texto escrito, a partir do viés discursivo-desconstrutivista. Efetivamente, grande parte das pesquisas que se orientam por esse viés tem constituído seus *corpora* a partir de entrevistas orais. Tal escolha se justifica, conforme Andrade (2008), pelo fato de estas possibilitarem rastrear traços da equivocidade da língua(gem) no momento da enunciação. Além disso, em concordância

com Agustini e Bertoldo (2011), o processo de constituição do *corpus* pelo pesquisador é parte da construção de uma enunciação. Olhar para o momento das entrevistas como parte integrante dessa construção e, conseqüentemente, como algo que incide na análise do *corpus* significa também compreender a posição do pesquisador como imbricada no olhar para as materialidades significantes que entretecem o objeto de pesquisa. A esse respeito, Tavares (2013) observa que não somente o dizer possibilita (re)velar traços da(s) subjetividade(s) envolvidas no processo enunciativo, mas deve-se também lançar o olhar para gestos subjetivos outros, tais como expressões faciais, entonações e respostas corporais face ao outro e interpretados por esse outro, no caso, o entrevistador/pesquisador. Tavares ainda afirma que

[e]ssa postura metodológica convida a incluir na constituição de um *corpus* os modos pelos quais o pesquisador se deixou afetar e a aprofundar modos pelos quais o conceito de sujeito como efeito na e da enunciação pode ser mais amplamente operacionalizado em pesquisas sobre a relação sujeito-língua (Tavares 2013 : 10).

Tal postura, assim, propõe atentar para a subjetividade do próprio pesquisador que também está em jogo durante todo o processo da pesquisa (Coracini 1991), na medida em que ele recorta um tema a ser trabalhado, constitui e analisa o *corpus*. Assim, o distanciamento entre pesquisador e objeto de pesquisa, proposto pelo discurso científico, é visto como impossível, uma vez que as implicações subjetivas do pesquisador são incidentes na constituição, transcrição e análise do *corpus*. No que concerne à transcrição das falas/entrevistas, concordamos com Da Rosa (2013), quando a autora afirma que a transcrição

não consiste na simples transposição de um registro oral para a forma escrita, pois o fato de a escrita não ser uma representação da fala implica uma mudança de materialidade linguística, o que demanda um olhar diferente daquele direcionado aos textos que já foram concebidos, desde o início, como textos escritos. Em outros termos, o que queremos salientar é que, para nós, fala e escrita não se superpõem, apesar de ambas serem marcadas pela opacidade da linguagem. Sabemos que o dizer dos participantes é irredutível à forma escrita por meio da qual o transcrevemos e que já consiste em um recorte, fruto de uma interpretação (Da Rosa 2013 : 98).

É Derrida (1991 : 36) quem nos autoriza a insistir sobre essa mudança de materialidade da fala para a escrita, já que “a escrita dita fonética não pode funcionar, por princípio e por direito, e não apenas por uma insuficiência empírica ou técnica, senão admitindo em si mesma ‘signos’ não-fonéticos (pontuação, espaçamento etc.)”. Por mais que se busque representar o dizer através da escrita, de símbolos que possam indicar pausas, hesitações ou inserções de comentários (para descrever risos, suspiros, etc.), tal representação nada mais é do que a interpretação do pesquisador sobre o que foi dito e, mais amplamente, sobre o contexto da enunciação. Nesse sentido, é possível que um mesmo material seja transcrito de formas distintas, a depender dos diferentes afetamentos subjetivos daquele que se propõe a fazer a escuta. Não somente a transcrição, mas a análise de um mesmo *corpus* também poderá ser feita de diversos modos, a partir do recorte teórico e do objetivo de pesquisa que afetam o pesquisador (cf. Agustini & Bertoldo 2011; Da Rosa 2013). Tal olhar para o fazer teórico-metodológico possibilita colocar em xeque a suposta neutralidade do pesquisador, ainda defendida por outras áreas do conhecimento.

Após a transcrição das entrevistas, são rastreados, na medida do possível, os *sistemas de regularidade e dispersão* (Foucault 2009) que atravessam o *corpus*, a partir dos quais se procura estabelecer eixos temáticos e categorias de análise (cf. Andrade 2008). Os primeiros configuram-se como grandes grupos de representações que se interconstituem e que são encontrados com regularidade nos registros, de modo que atravessam todo o *corpus*. Já as segundas formam pequenos conjuntos de representações, regulares e/ou dispersos, que remetem à temática do eixo ao qual pertencem.

Conforme pontuado por Peixoto (2013), com ancoragem no pensamento de Deleuze e Guattari (2011), os *corpora* possuem um funcionamento rizomático. Ao deslocar a noção de rizoma para a compreensão do funcionamento do *corpus*, a autora propõe atentar para o fato de que, assim como o rizoma, o *corpus* de pesquisa não é estruturado, ou seja, não possui meio ou fim, sendo formado por multiplicidades, por linhas de estratificação que constroem, entretanto, o(s) meio(s), ou nas palavras de Deleuze e Guattari, o *inter-ser*, o *intermezzo*. Nesse sentido, a formação dos eixos temáticos e das categorias de análise se dá a partir das diversas possibilidades de entrada no material, através das linhas de estratificação que o constituem.

Assim, a análise discursivo-desconstrutivista consiste em uma cartografia dos *corpora*, a partir do gesto interpretativo do pesquisador. Na medida em que eixos temáticos e categorias analíticas são mapeados, é possível observar que “as próprias categorias confluem umas às outras, se (re)atualizam, reterritorializando as possibilidades interpretativas do material” (Peixoto 2013 : 59). Nesse sentido, essas categorias não são trabalhadas como autônomas, separadas umas das outras, mas apresentadas de modo a reterritorializá-las no percurso da apresentação dos resultados de análise.

Os resultados são apresentados através da análise linguístico-discursiva de recortes extraídos do *corpus*, os quais compõem os eixos e categorias de análise. O critério de escolha dos recortes a serem problematizados se dá a partir daqueles que o pesquisador julga serem mais significativos para as discussões que busca empreender. Através dos excertos escolhidos, debruça-se, então, na materialidade linguística de tais recortes, como também em materialidades outras (observadas e, conseqüentemente, interpretadas pelo pesquisador durante as entrevistas) como gestos, risos, suspiros, expressões faciais, etc. No que concerne a tal ponto, Bertoldo (2013) salienta que a tarefa do pesquisador consiste em problematizar as várias esferas que compõem os enunciados dos *corpora* – fonológica, morfológica, sintática, semântica e discursiva. Além disso, o trabalho de análise também consiste em relacionar tais instâncias com o momento histórico-social em que foram produzidas.

Considerações finais

Se nada preexiste à língua, tal como afirma Derrida e como já desenvolvemos aqui, essa noção pode ser aproximada (e não polarizada em relação) ao que Lacan (2009 : 12-13) considera sobre o discurso, tomado como um artefato, pois, em suas palavras, “para o discurso, não existe nada de fato, se assim posso me expressar, só existe fato pelo fato de dizê-lo. O fato enunciado é, ao mesmo tempo, fato de discurso”. Desse modo, discurso, articulação significante, língua, sujeito, sentido só funcionam enquanto pertencentes a uma rede conceitual, reescrevendo-se e significando-se uns aos outros.

Daí a dificuldade em se definir um conceito, em fechar em um quadro apenas um elemento de uma paisagem que não se constitui de unidades, mas de relações. É impossível isolar um traço, uma pincelada, fazendo-a funcionar sozinha. Ela poderá servir a diversos propósitos, tais como o de identificar a força da impressão, a assinatura corporal do autor e, assim, avaliar se o quadro é ou não verdadeiro, mas talvez não se adeque ao objetivo de desconstruir e, assim, compreender como a paisagem se constrói. Desconstruir a perspectiva discursivo-desconstrutivista com ou auxílio das noções que mobilizamos neste estudo, permite afirmarmos, principalmente, que toda “ficção teórica” se desconstrói constante e continuamente, o que nos auxilia a pensar a própria LA enquanto passível de desconstrução e lugar possível para a desconstrução.

Se, ao parafrasear Pennycook, Moita Lopes (2006 : 17) nos lembra que “uma das características da LA contemporânea é o envolvimento em uma reflexão contínua sobre si mesma: um campo que se repensa insistentemente”, é justamente em nome de tal reflexão que a abordagem discursivo-desconstrutivista se posiciona e se faz estrangeira ao próprio campo aplicado – seja ao propor (du)elos entre discurso, desconstrução e psicanálise, seja ao lançar-se em (des)caminhos inter/transdisciplinares que constituem identitariamente o próprio domínio da LA no Brasil – na medida em que também procura atentar para a constante necessidade de “transformar conceitos, deslocá-los, voltá-los contra seus pressupostos, re-inscrevê-los em outras cadeias, modificar pouco a pouco o terreno de trabalho e produzir, assim, novas configurações” (Derrida 2001 : 30).

Recebido em outubro de 2014

Aprovado em outubro de 2014

E-mail: marluza.rosa@gmail.com;

rubbo@uol.com.br;

mariipx@gmail.com

Referências bibliográficas

AGUSTINI, Carmem & BERTOLDO, Ernesto. 2011. A constituição de corpora em linguística da enunciação. In: Silveira, Eliane Maria da. (Org). *As bordas da linguagem*. Uberlândia: EDUFU. p. 121-133.

- ANDRADE, Eliane de. 2011. As representações do idoso nas relações com o outro e com o “inominável”. In: Coracini, Maria José. *Identidades silenciadas e (in)visíveis: entre a inclusão e a exclusão*. Campinas: Pontes. p. 323-330
- _____. 2008. *Entre o desejo e a necessidade de aprender línguas: a construção das representações de língua e de aprendizagem do aluno-professor de língua inglesa*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 266 p.
- ARRIVÉ, Michel. 1999. *Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente*. Trad Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: JZE.
- BENVENISTE, Émile. 2006. *Problemas de lingüística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes.
- BERTOLDO, Ernesto. 2013. *Problematizações sobre ética e metodologia em pesquisas em análise do discurso atravessadas pela psicanálise*. Comunicação proferida em mesa-redonda no V SEPIDIS. Campinas: Unicamp.
- _____. 2000. *Um discurso da Linguística Aplicada: entre o desejo da teoria e a contigência da prática*. Tese (Doutorado em Lingüística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 283 p.
- CAVALLARI, Juliana Santana. 2011. (Im)possibilidades diante da língua do outro. In: Coracini, Maria José. Ed. *Identidades silenciadas e (in)visíveis*. Campinas: Pontes. p. 277-290.
- CORACINI, Maria José. 2012. *Diálogos da Análise do Discurso com Foucault: teoria, métodos e objetos*. Comunicação proferida em uma mesa-redonda do III CIAD: São Carlos.
- _____. 2011. Histórias de vida e pobreza: por uma (intro)dução. In: Coracini, Maria José. Ed. *Identidades silenciadas e (in)visíveis*. Campinas: Pontes. p. 17-28.
- _____. 2010. Discurso e escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im) possibilidade de ensinar. In: Eckert-Hoff, Beatriz & Coracini, Maria José. Eds. *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela*. Campinas: Mercado de Letras. p. 17-50.
- _____. 2007. *A celebração do outro*. Campinas: Mercado de Letras.
- _____. 2005. Concepções de leitura na (pós-)modernidade. In: Paschoal Lima, Regina Célia. Ed. *Leituras: múltiplos olhares*. Campinas: Mercado de Letras; São João da Boa Vista: UNIFEOB. p. 15-44.
- _____. 1991. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. Campinas: Pontes.

- DA ROSA, Marluza. 2013. *O discurso universitário-científico na contemporaneidade: marcas e implicações na constituição identitária do pesquisador em formação*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 233 p.
- DE CERTEAU, Michel. 2011. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Trad. Guilherme Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. 2011. *Mil platôs. Vol. 1: Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34.
- DERRIDA, Jacques. 2001. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- _____. 1991. *Margens da filosofia*. Trad. Joaquim Costa e António Magalhães. Campinas: Papyrus.
- _____. 1988. Carta a um amigo japonês. Trad. Érica Lima. In: Ottoni, Paulo. Ed. *Tradução – a prática da diferença*. Campinas/São Paulo: Ed. Unicamp/ Fapesp. p. 19-25.
- DERRIDA, Jacques & ROUDINESCO, Elisabeth. 2004. *De que amanhã...* Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ECKERT-HOFF, Beatriz. 2008. *Escritura de si e identidade: o sujeito professor em formação*. Campinas: Mercado de Letras.
- FINK, Bruce. 1998. *O sujeito laciano: entre a linguagem e o gozo*. Trad. Maria de Lourdes Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FLORES, Valdir & ENDRUWEIT, Magali. 2012. A noção de *discurso* na teoria enunciativa de Émile Benveniste. *Revista Moara*. 38:196-208.
- FOUCAULT, Michel. 2012. *Ditos e Escritos Vol. V*. Trad. Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2010. Cristianismo e confissão. In: Foucault, Michel. *Do governo dos vivos*. Trad. Nildo Avelino. Rio de Janeiro: Achiamé. p. 167-186.
- _____. 2009. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2006. *Ditos e escritos Vol. III*. Trad. Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- _____. 2004. *A hermenêutica do sujeito*. Trad. Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 2001. *A ordem do discurso*. Trad. Laura de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola.
- _____. 2000. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes.
- KRISTEVA, Julia. 1994. *Estrangeiros para nós mesmos*. Trad. Maria Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Rocco.

- LACAN, Jacques. 2009. *O seminário. Livro 18 – de um discurso que não fosse semblante*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. 1998. *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. 1992. *O seminário. Livro 17 – o avesso da psicanálise*. Versão brasileira de Ary Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. 1982. *O Seminário 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- _____. 1974. *Télévision*. Paris: Seuil.
- MILLER, Jacques-Alain. 2014. Jacques Lacan: observações sobre seu conceito de passagem ao ato. Opção Lacaniana online. 5/13. Disponível em: http://www.opcaolacaniana.com.br/pdf/numero_13/Passagem_ao_ato.pdf. Acesso em: 27/09/2014.
- _____. 1996. *Matemas I*. Trad. Sérgio Laia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. 2006. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como lingüista aplicado. In: Moita Lopes, Luiz Paulo da. Ed. *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial. p. 13-45.
- PEIXOTO, Mariana. 2013. *Identidades em trânsito: ser-estar entre línguas-culturas e pobreza*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 150p.
- RONDELLI, Daniella Rubbo. 2014. *As (in)certezas da ciência: uma análise das representações da ciência médica no programa Fantástico*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 209 p.
- SAUSSURE, Ferdinand de. 2006. *Curso de lingüística geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- TAVARES, Carla Nunes Vieira. 2013. Fronteiras litorâneas no conceito de sujeito em pesquisas sobre a subjetividade em jogo no ensino-aprendizagem de línguas. *Linguagem em (dis)curso*. 13/2. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-76322013000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 29/09/2014.
- _____. 2010. *Identidade itine(r)rante: o (des)contínuo (des)apropriar-se da posição de professor de língua estrangeira*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 279p.
- UYENO, Elzira. 2010. Escrita mal escrita ou mal-estar da escrita? A inelutável escrita de si. In: Eckert-Hoff, Beatriz & Coracini, Maria José. Eds. *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela*. Campinas: Mercado de Letras. p. 121-136.